



## PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE ABERTURA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, KAY RALA  
XANANA GUSMÃO, NA SESSÃO DE TRABALHO SOBRE  
TRANSIÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ: LIÇÕES APRENDIDAS  
COM A MISSÃO DA ONU EM TIMOR-LESTE**

**“TIMOR-LESTE NO LIMIAR DA TRANSIÇÃO”**

**Missão Permanente da Nigéria, Nova Iorque**

**10 de Outubro de 2013**

Excelências  
Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que me dirijo a vós hoje nesta importante sessão de trabalho sobre operações de manutenção da paz e sobre as lições aprendidas com as diversas Missões das Nações Unidas em Timor-Leste.

Gostaria de elogiar e de agradecer ao Governo da Nova Zelândia e à Missão Permanente da Nova Zelândia por organizarem esta sessão de trabalho juntamente com a Missão Permanente de Timor-Leste. Gostaria igualmente de agradecer à Missão Permanente da Nigéria por oferecer este espaço para a realização desta sessão de trabalho com a duração de dois dias.

Temos a sorte de poder contar com muitos participantes e oradores distintos nesta sessão de trabalho, incluindo S. Exa. Sra. Helen Clark, Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, S. Exa. Sra. Anne Tolley, Ministra da Polícia da Nova Zelândia, e S. Exa. Sr. Finn Reske-Nielsen, Antigo Representante Especial Interino do Secretário-Geral para Timor-Leste.

Apraz-nos igualmente ter aqui connosco S. Exa. Dr. José Ramos-Horta, o nosso ex-Presidente da República e actual Representante Especial do Secretário-Geral na Guiné-Bissau, país de onde eu e o Dr. Mari Alkatiri, líder da Oposição e ex-Primeiro-Ministro de Timor-Leste, acabámos de regressar.

Senhoras e Senhores,

Para iniciar o tópico desta sessão de trabalho, permitam-me que descreva brevemente o longo percurso da intervenção da ONU no nosso país.

A ONU teve um papel vital num momento específico da história da nossa libertação.

Durante mais de duas décadas o povo timorense permaneceu abandonado ao seu destino, com cada vez mais países todos os anos a votar que a ocupação indonésia fosse aceite como um “fait accompli”. Tudo isto mudou com a eleição de Kofi Annan para Secretário-Geral das Nações Unidas. Foi o empenho pessoal de Kofi Annan em relação à nossa causa que possibilitou o acordo de 5 de Maio de 1999 entre Indonésia, Portugal e as Nações Unidas.

A UNAMET foi a primeira Missão no nosso país, mandatada para organizar e supervisionar a consulta popular que teve lugar a 30 de Agosto desse ano. Ian Martin e a sua equipa fizeram um excelente trabalho em condições muito difíceis.

Após o Referendo, e em virtude de o Acordo de Maio estipular um período de administração transitória sob a égide da ONU, foi estabelecida a UNTAET, liderada pelo saudoso Sérgio Vieira de Mello.

Sentindo-se marginalizados neste processo, os timorenses exigiram uma maior participação. Em resultado disto o Dr. Mari Alkatiri foi nomeado Ministro Chefe, com o objectivo de preparar os timorenses para tomar parte nas decisões sobre o seu futuro.

Deste modo estabeleceu-se em 2001 o Conselho Nacional, com a tarefa de analisar e endossar as políticas da UNTAET, as quais incluíam regulamentos, propostas e planos.

O Conselho Nacional debateu e aprovou um Plano de Transição que culminaria com a transferência da soberania.

Esse Plano previa a realização das primeiras eleições de sempre em Timor-Leste, destinadas a escolher uma Assembleia Constitucional em 2001, a qual iria debater e aprovar a Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

A UNTAET ajudou a estabelecer os alicerces institucionais do nosso Estado. Isto foi muito importante, porém a UNTAET cometeu um grande erro – ao invés de trabalhar no espírito da Missão, analisando e reconstruindo algumas infra-estruturas administrativas para o novo Estado, gastou grandes quantidades de dinheiro com pessoal da ONU ao abrigo da chamada “assistência técnica”. Esta assistência técnica era regulada por critérios da ONU que pareciam desastrosos, embora em algumas áreas especializadas houvesse indivíduos muito profissionais.

Contudo, o problema foi que:

1. Timor-Leste era considerado tão perigoso que a maior parte dos funcionários só ficavam no país 4 a 6 meses, sendo depois substituídos num sistema de rotação por outros funcionários vindos dos quatro cantos do mundo.
2. Os únicos conhecimentos que muitos funcionários possuíam eram derivados do facto de terem sido colocados anteriormente em missões junto de países afectados por conflitos.

Por outro lado, no sector da segurança a INTERFET revelou-se essencial no que diz respeito a pôr fim à violência, expulsando do país as milícias pró-Indonésia. A INTERFET fez um trabalho tão bom que a populações começaram a ganhar confiança e a regressar às suas comunidades.

Não tendo estado de qualquer forma envolvidas na violência antes e após a consulta popular, as nossas Forças de Guerrilha estavam tão maltratadas que tivemos de inventar uma falsa lista de viúvas e órfãos para lhes fazer chegar alguns alimentos.

A Missão da ONU não conseguia tomar as decisões correctas em virtude de não perceber a realidade local e a história de Timor-Leste.

Pouco depois foram colocadas as Forças de Manutenção da Paz. Posso dizer-vos que ainda hoje utilizamos algumas pontes que foram construídas por forças do Bangladesh e do Paquistão, em contraste com os milhares de soldados de outros países que circulavam na nossa pequena pátria.

No dia 20 de Maio de 2002 a UNTAET chegou ao fim e foi estabelecida a UNMISSET, liderada por Kamallesh Sharma, com o objectivo de continuar a prestar assistência em diversas áreas até 2005, com destaque para os sectores da defesa e da segurança.

O Estado de Timor-Leste estava no seu início, sem dinheiro, sem capacidade financeira própria, sem experiência de governação, sem infra-estruturas básicas e com uma sociedade exigente que acreditava que a independência traria benefícios imediatos para todos.

Estas condições não permitiram ao Governo de Timor-Leste dar resposta às exigências que surgiam de todos os sectores da sociedade. Isto levou a tensões sociais que acabaram por se alastrar a outras instituições, tais como as Forças Armadas e a Polícia, e que conduziram à crise de 2006.

Há quem defenda que a Missão da ONU e que as Operações de Manutenção da Paz não se deveriam ter retirado tão cedo.

Não partilho desta opinião, uma vez que a mera presença de ambas, sem com isso se mudar a política de simplesmente gastar o dinheiro dos contribuintes de outros países e sem implementar planos concretos de assistência, não teria bastado para impedir a situação de tensão social.

Digo isto porque após a crise procurámos ajuda e a UNMIT e as ISF vieram ao nosso auxílio – a UNMIT com um vasto conjunto de elementos da UNPOL e as ISF com o seu grande aparato militar. Tudo isto, porém, não impediu que o Dr. Ramos-Horta fosse atacado e ferido na sua residência.

Após este incidente trágico pude constatar ao longo de mais de duas semanas que a UNMIT e as ISF não conseguiam dar uma resposta adequada à situação vivida no país.

Estareis lembrados que, nessa altura, solicitei às duas instituições que limitassem os seus movimentos de modo a permitir a nós, timorenses, assumir a liderança das operações para restaurar a segurança.

E conseguimos isto sem disparar uma única bala, sendo que de seguida regressámos ao trabalho no plano de reforma relativo às nossas forças de segurança e de defesa.

A lição que podemos tirar da presença das Forças de Manutenção da Paz e da UNPOL é que em vez de surgirem como forças para garantir a estabilidade, o que é um exercício assaz dispendioso, devem antes ter um plano para prestar uma ajuda directa e intensiva aos sectores que dela necessitam, sem com isso se incorrer em custos muito elevados.

Gostaria aqui de reconhecer também o apoio bilateral concreto que alguns países prestaram na área da defesa e da segurança, em especial o apoio prestado pela Austrália às nossas forças armadas e pela Nova Zelândia e por Portugal à nossa polícia.

Foi com este objectivo de prestar apoio concreto que nos sentámos à mesa com a UNMIT para definir um plano integrado dentro de um prazo específico que nos permitisse a todos ver resultados concretos. Embora isto tenha levado algum tempo, penso que todos concordamos que o Plano teve resultados bem conseguidos.

Só com a compreensão das organizações internacionais é possível haver uma boa cooperação com os Estados beneficiários, à semelhança do que aconteceu em Timor-Leste.

Neste contexto, a lição deve ser que é importante as organizações internacionais cooperarem com os dirigentes do país em questão, para assim garantir que o povo está identificado com o processo e evitar ter um grande número de programas que não dão resposta às necessidades reais do país.

Felizmente os timorenses prepararam um Plano Estratégico de Desenvolvimento que possibilita que o apoio internacional seja efectuado através de um mecanismo de assistência mais eficaz que visa as áreas de desenvolvimento mais prementes.

Foi neste contexto que se acordou com a ONU que após a UNMIT poderíamos começar a explorar um novo mecanismo para a nossa relação com a ONU, passando a ter apenas um Assessor Especial não residente para Timor-Leste a reportar directamente ao Secretário-Geral.

Senhoras e Senhores,

Quero aqui reafirmar a minha profunda gratidão não só para com os países que contribuíram para as Forças de Manutenção da Paz, como também para com os homens e mulheres que prestaram serviço nas diferentes Missões da ONU em Timor-Leste. Repito as palavras proferidas pelo nosso Presidente da República na

Assembleia Geral da ONU realizada no mês passado: “A parceria com a ONU ao longo da última década teve um sucesso notável”.

A família das Nações Unidas foi uma parte integrante dos primeiros anos da história da nossa nação e ajudou-nos a assentar os alicerces de um Estado estável e democrático. O nosso povo estará eternamente grato às Nações Unidas e à comunidade internacional pelo contributo prestado ao nosso país.

Senhoras e Senhores,

Com grande determinação dissemos adeus ao conflito e demos as boas-vindas ao desenvolvimento, sendo guiados desde 2011 pelo nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento a 20 anos.

Temos uma economia pequena, porém emergente, que está a proporcionar um crescimento equilibrado e sustentado.

Sempre soubemos que a verdadeira força da nossa nação está no nosso povo, e é por esta razão que o nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento incide na melhoria da saúde, da educação e formação e da inclusão social. Sabemos que precisamos de pessoas saudáveis e instruídas para construir a nossa nação.

Estamos a desenvolver instituições que operam para reforçar o profissionalismo e a responsabilização na administração pública.

Embora tenhamos ainda um longo caminho a percorrer e saibamos que muitos dos nossos cidadãos ainda não têm as vidas com que sonhavam aquando da independência, vidas essas que eles merecem, sabemos que estamos a avançar na direcção certa.

As Nações Unidas têm sido nossas parceiras neste processo de construção da paz e do nosso Estado, pelo que os nossos sucessos são igualmente sucessos das Nações Unidas.

Gostaria aqui de reconhecer o trabalho do meu querido amigo Atul Khare como RESG, bem como o trabalho da sua sucessora Ameerah Haq. Quero também elogiar o empenho de Finn Reske-Nielsen e da sua equipa, que trabalharam de forma incansável para que a transição fosse tão suave e bem-sucedida quanto possível.

Senhoras e Senhores,

Desde Dezembro do ano passado que Timor-Leste é verdadeiramente uma nação independente que caminha pelos próprios pés.

Sabemos que embora estejamos a dar passos para construir a nação, o processo de consolidação do Estado ainda não está terminado.

Apraz-me dizer que desde a conclusão bem-sucedida da transição a partir da UNMIT, Timor-Leste e a ONU estabeleceram acordos institucionais para garantir a manutenção de relacionamentos positivos e de apoio.

O nosso país continua a contar com o apoio de instituições da ONU empenhadas em melhorar as condições de vida dos nossos cidadãos.

Tal como já referi, é com especial prazer que registámos o facto de a Dra. Noeleen Heyzer, Secretária Executiva da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas e Subsecretária-Geral, ter sido nomeada Assessora Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Timor-Leste. Estamos a trabalhar bem com ela neste papel especial e contamos continuar a melhorar as bases de sucesso e de apoio pelas quais estamos gratos à ONU.

Timor-Leste tem uma confiança renovada no futuro. Vemos a promessa da nossa nação no nosso povo, o qual depois de ter dado tanto pela sua liberdade irá agora dedicar-se a um crescimento inclusivo.

Senhoras e Senhores,

Na qualidade de membro das Nações Unidas e de actual presidente do grupo do g7+, o qual engloba 18 nações frágeis e afectadas por conflitos, não posso deixar de aproveitar esta ocasião para lembrar que acabámos de regressar da Guiné-Bissau.

Saí de lá com a impressão que as Nações Unidas estão a cometer o erro contrário ao que cometeram em Timor-Leste. Ao passo que em Timor-Leste se gastaram demasiados fundos, na Guiné-Bissau não estão a ser gastos fundos suficientes. Isto torna a missão do RESG, o meu querido irmão Dr. José Ramos-Horta, deveras difícil.

O povo da Guiné-Bissau, em todos os sectores da sociedade contactados pelo Dr. Mari Alkatiri e por mim próprio, reconheceu a responsabilidade colectiva pelo que aconteceu no seu país desde 1980. Durante os quatro dias que lá passámos sentimos a frustração de todos e um desejo intenso por mudanças.

Todos reconheceram que as sanções impostas tiveram a vantagem de influenciar a consciência colectiva a aceitar que a terrível situação vivida não podia continuar. Toda a população disse simplesmente “BASTA”.

Todos fizeram uma declaração de princípios para demonstrar à comunidade internacional o seu empenho total na restauração da ordem constitucional no seu país.

Neste documento apelaram à comunidade internacional para que reconsidere as sanções, com vista a permitir o início de um registo eleitoral credível o mais rapidamente possível. A intenção é ter este registo concluído até final do presente ano, de modo a permitir a realização de eleições em finais de Fevereiro de 2014.

Segundo os nossos cálculos é necessário um orçamento mínimo de 5 milhões de dólares para preparar o registo eleitoral. Timor-Leste já ofereceu 1 milhão de dólares. Acredito que com um fundo gerido pelo PNUD e apoiado por Timor-Leste podemos pelo menos dar início a este processo vital para garantir eleições justas e credíveis.

Quando falo de um fundo gerido pelo PNUD quero salientar que estas verbas não devem ser canalizadas na totalidade para assistência técnica e educação cívica. Timor-Leste tem elementos no terreno para ajudar a definir não só um calendário de acção, como também os itens necessários, incluindo custos operacionais e custos com equipamento. O passo seguinte será prestar assistência ao processo eleitoral.

Se queremos ajudar o povo da Guiné-Bissau a ter um novo futuro, precisamos ajudar agora! O povo guineense está empenhado no processo eleitoral, todavia o Governo da Guiné-Bissau já informou que existem questões igualmente sociais muito urgentes que precisam ser tratadas de modo a permitir que as eleições decorram num clima de estabilidade.

Apelo à comunidade internacional para levar isto em conta se queremos um novo Estado que seja um estado de direito, com justiça social e no qual a sociedade pode participar com confiança renovada no futuro.

Oportunamente a Missão Permanente de Timor-Leste em Nova Iorque fornecer-vos-á cópias da declaração assinada contendo os princípios que referi.

Em nome do grupo do g7+, acredito que este é o momento certo para ajudar o povo sofredor da Guiné-Bissau.

Obrigado.